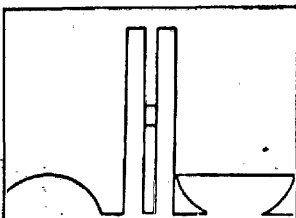


# Sarney (ainda) na berlinda

Luiz Orlando Carneiro

O Presidente José Sarney, depois de receber na Academia Brasileira de Letras, numa noite de saborosa e inteligente tertúlia, o novo imortal, amigo e assessor, o escritor Marcos Vinícios Vilaça, retornou à dura realidade de Brasília, com problemas antigos e novos. Mas, a julgar pelo que se colheu junto a seu círculo mais íntimo, veio com a firme determinação de não mais deixar que a cizânia continue a grassar no ministério híbrido herdado de Tancredo Neves, e de não admitir que decisões de governo sejam atribuídas à resultante de vetores que, por "indecisão" ou "excesso de responsabilidade", estaria ele deixando correr soltos.



Coisas da política

Discursando na Academia — fardão, faixa e espada na cinta — o Presidente chegou a desabafar que ali se sentia relaxado, por não ter de tratar das dívidas externa e interna. Enquanto isso, seu Ministro da Fazenda era crucificado, por parte da imprensa, como tendo perdido a batalha, na qual se teria empenhado, com ânimo leonino, de sacrificar a classe média, congelando a tabela do imposto de renda descontado na fonte. O Presidente — que optara, depois de ouvir o Ministro Dornelles e a liderança do PMDB, por um corte maior nas estatais, "considerando o ônus excessivo que se criaria sobre os rendimentos da classe média" — levou outro susto, ao saber que havia assinado um decreto considerando o município de Londrina "área prioritária para fins de reforma agrária".

O decreto foi corrigido no *Diário Oficial* de ontem ("reduz a área prioritária fixada pelo Decreto nº 91.390, de 2 de julho de 1985"). Fez-se a correção do decreto, que não correspondia à intenção do Presidente. Mas é sempre penoso corrigir o malfeito, sobretudo quando se sabe que Apucarantina não rima com Londrina.

Na noite de anteontem, o Ministro-Chefe da Casa Civil, o presidente do PMDB e o líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, estiveram reunidos, até bem tarde, no Palácio do Planalto. Não foi uma reunião propriamente filosófica. Discutiu-se, sobretudo, a questão ainda pendente do preenchimento definitivo dos segundo e terceiro escalões, e suas repercussões nas improváveis coligações regionais que manteriam viva, não só a nível federal, mas também nos Estados, a Aliança Democrática. Mas não se deixou de lado o problema maior e mais agudo — e o recesso parlamentar é ocasião oportuna para pausas e meditações — de evitar que o Presidente da República continue sem ter a seu dispor uma liderança efetiva no Congresso, exposto a sobressaltos (o Senado quase o impede de ir ao Uruguai em agosto); a colisões interministeriais (a contenda dos baianos Waldir Pires e Carlos Sant'Anná é a mais recente); e a erros primários em matéria de *timing* e conveniência aos quais tem sido levado por açodamento, timidez ou incompetência de ministros e de assessores (os casos da reforma agrária e

das prestações dos mutuários do BNH são os mais óbvios).

Na verdade, o serviço que os bons conselheiros devem prestar ao Presidente é, por exemplo, fazer uma análise lógica do documento "Os 100 dias do Governo Sarney — Síntese das realizações", distribuído pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

A primeira parte do release trata das "decisões de repercussão institucional", alinhando 28 itens. Destes, seis referem-se à emenda constitucional nº 25, consagrando as eleições diretas para Presidente, Vice-Presidente da República e prefeitos de Capitais; legalizando os partidos até então clandestinos; dando ao analfabeto o direito de voto; concedendo representação política ao Distrito Federal. Outros destaques são a extinção da sublegenda, da fidelidade partidária, e a permissão para coligações partidárias — todos eles frutos do consenso obtido na comissão interpartidária do Legislativo.

É claro que o Executivo promoveu, aqueceu, apoiou e encampou essas medidas, como parte do "compromisso com a nação", o documento básico da Aliança Democrática, que faz um ano no próximo dia 7 de agosto. Mas cabeças pensantes do próprio Governo não deixam de anotar que, entre as "decisões de repercussão institucional", alinhadas pela SID, estão algumas "dadas de graça", na emoção da transição, tais como: a decisão do Presidente de não se valer do poder de usar decretos-leis; idem de não se valer dos poderes de enviar ao Congresso projeto de lei sob regime de decurso de prazo; disposição de não "acionar" a Lei de Segurança Nacional, muito abrandada no final do Governo Figueiredo; legalização da CUT e Conclat.

Não se recriminam, aí, os bons propósitos do ser humano e político, liberal, afável e conciliador que é o Presidente Sarney. Mas há quem pergunte (Ah! a sombra de Tancredo!) se o Chefe do Executivo não poderia ter negociado ("como teria feito Tancredo, sem dar de graça") em conversas mais demoradas e menos efusivas, questões que, aparentemente, dão retorno político e repercussão popular, mas que, de outro lado, criam insegurança em áreas mais conservadoras, e inibem a ação do Presidente que, afinal de contas, tem também suas prerrogativas.

Uma dessas prerrogativas — da qual o Presidente Sarney não abriu mão — está no artigo 81 da Constituição vigente: "Nomear e exonerar os Ministros de Estado, o governador do Distrito Federal e os dos territórios".

Pelo que se está aí configurando, o Presidente — que sabe muito bem não poder sustentar, até novembro, a aliança que se desfaz, à vista de todos, como um sorvete, a não ser no Maranhão e em Sergipe — não vai sair da berlinda enquanto não fizer, no momento exato, uma incisão, ainda que superficial, mas exemplar, no seu ministério. Não dá para esperar até maio, quando a reforma viria, também de graça, com a exigência legal de desincompatibilização dos ministros que desejam concorrer ao pleito de novembro de 1986.

Luiz Orlando Carneiro

é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília